

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato

por sua linhagem:
memórias e memorial



EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Ana Flávia Magalhães Pinto
Andrey Rosenthal Schlee
César Lignelli
Gabriela Neves Delgado
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Liliane de Almeida Maia
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Sely Maria de Souza Costa

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato
por sua linhagem:
memórias e memorial

Equipe editorial
Coordenação de produção editorial : Marília Carolina de Moraes Florindo
Assistência editorial : Jade Luísa Martins Barbalho
Emilly Dias
Revisão : F. Soudant
Projeto gráfico e diagramação : F. Soudant

© 2022 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3107-3700
www.editora.unb.br
contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada
ou reproduzida por qualquer meio sem a
autorização formal da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

E56 Encontro com Rita Segato por sua linhagem [recurso
 eletrônico] : memórias e memorial / Tânia Mara
 Campos de Almeida (org.). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2023.
 263 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-079-4.

1. Segato, Rita Laura. 2. Antropologia. I.
Almeida, Tânia Mara Campos de (org.).

CDU 39

Sumário

Prefácio	8
Trajectoria de uma pesquisadora ilustre e corajosa que desvenda e enfrenta a realidade concreta <i>Volnei Garrafa</i>	
Apresentação	12
<i>Femenagem</i> à Rita Segato por uma de suas comunidades intelectuais <i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	
Memórias	
I. Pluralismo jurídico, bioético e religioso	
Capítulo 1	
Pluralismos expressivos: contribuições e lições de Rita Segato <i>Elaine Moreira</i>	24
Capítulo 2	
Do pluralismo jurídico ao pluralismo bioético: trajectoria de vida e pensamento em 15 anos de aprendizado <i>Juliana Floriano Toledo Watson</i>	33
Capítulo 3	
Dos gritos inaudíveis à (d)enunciação da norma: sobre pandemias continuadas, capturas do Bem Viver e a reimaginação do mundo <i>Marianna Assunção Figueiredo Holanda</i>	43

Capítulo 4	
As vozes da Mãe do Silêncio no Brasil.	62
Crenças na aparição da Virgem Maria	
<i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	

II. Raça, Estado, violência e os “Outros”

Capítulo 5	
A fuga dos espelhos: violência, mimesis	72
e alegorias patriarcais em <i>O Iluminado</i>	
<i>Daniú Gontijo</i>	

Capítulo 6	
O Povo do Veneno?	82
Uma análise crítica das ações de	
prevenção do suicídio entre os Suruwahá	
<i>Livia Vitenti</i>	

Capítulo 7	
A racialização dos(as) assim chamados(as) ciganos(as),	96
o protagonismo dos Calon de Belo Horizonte e a	
importância do pensamento de Rita Laura Segato	
<i>Priscila Paz Godoy</i>	

Capítulo 8	
Orfandade genealógica:	111
silenciamentos, colonialidade e relações de poder	
<i>Vanessa Rodrigues de Araújo</i>	

Capítulo 9	
A singularidade forjada sobre os Waimiri-Atroari	125
<i>Verenilde Santos Pereira</i>	

Capítulo 10	
O legado político e teórico do Caso Ari	136
Parte 1: o gesto pedagógico	
<i>Gustavo Augusto Gomes de Moura</i>	

III. Gênero, feminismos e sexualidade

Capítulo 11	
Em tempos de “destruição”, quais as possibilidades e os desafios da teoria e prática decoloniais?	162
<i>César Augusto Baldi</i>	
Capítulo 12	
“Brincadeiras do Corpo”: gênero e historicidade javaé em diálogo com a perspectiva de Rita Segato	172
<i>Patrícia de Mendonça Rodrigues</i>	
Capítulo 13	
O legado feminino: a ciência e o pensamento de mulher para mulher	187
<i>Jocelina Laura de Carvalho Segato</i>	
Capítulo 14	
Para desver o mundo: tramas históricas dos vínculos e pluralidades no pensamento de Rita Segato	197
<i>Lourival Ferreira de Carvalho Neto</i>	
Capítulo 15	
Uma antropologia interpelada	216
<i>Pedro Paulo Gomes Pereira</i>	
Memorial (atualizado e revisado)	
Um olhar retrospectivo: seleção de relatos para uma memória possível da vida de uma professora	231
<i>Rita Laura Segato</i>	
Notas sobre as autoras e os autores	255

III. Gênero, feminismo e sexualidade

Uma antropologia interpelada

Pedro Paulo Gomes Pereira

C onheci Rita Laura Segato na Pós-Graduação de Antropologia da Universidade de Brasília. Aos poucos, fui percebendo que nossos encontros eram delicados e densos, pois nesses momentos Segato indagava, citava, invertia, sempre se recusando a respostas fáceis ou prontas. Em nossas conversas, era comum o transitar de idiomas e de referências que me assustavam naquele tempo. Falávamos de cinema, de música, de literatura com a mesma intensidade com que discutíamos antropologia, psicanálise ou filosofia. A profusão de referências me fazia ler e estudar por horas para poder acompanhar. O espanto me fez passar a gravar nossas conversas assim que ela se tornou minha orientadora de doutorado. Eu transcrevia e lia o que conversávamos. Logo comecei a escrever textos e fui fulminado por uma leitora atenta à estética, zelosa com as palavras e com o idioma.

Venho convivendo com Segato há mais de duas décadas. Nesse período, vimos nossas mães falecerem; os filhos crescerem; acompanhamos as separações, as partidas, as perdas; as mudanças de cidade e de departamentos; sofremos perseguições; tivemos dúvidas e incertezas compartilhadas; vivemos processos de adoecimento; rimos e choramos juntos. Agora, nas merecidas comemorações, quando Segato recebe a homenagem de professora emérita – uma pequena contradádiva para as numerosas dádivas ofertadas –, vejo o que em mim produziu esse encontro. Gostaria, então, de sumarizar algo do que aprendi nesse período – evidentemente, sem o objetivo de esgotar um aprendizado maior e que ainda está em andamento.

1. O pensamento é algo vivo e sempre em movimento. Muitas vezes percebi Segato envolvendo-se com um raciocínio e defendê-lo e, de repente, ir em outra direção. Sentia que ela queria testar o próprio pensamento, forçá-lo até chegar a algo, a algum lugar. Há aqui um desprendimento em favor do próprio processo. Nessas condições, discordar dela às vezes era difícil, pois tínhamos que enfrentar uma debatedora incansável. Todavia, em pouco tempo, surgia um sorriso. O afeto a dizer que o processo de pensamento era o importante.

2. Segato sempre alertava para a necessidade de um respeito profundo aos pensadores e às pensadoras que nos antecederam. Quem lê seus textos vai se deparar com uma erudição e um domínio da antropologia que revelam muito do que estou falando. Ela propunha continuamente: ler, estudar, forçar as teorias, lapidar o pensamento, ou seja, o movimento se caracteriza como um processo de interpelação, nunca de adesão acrítica aos “clássicos”.
3. Em nossas conversas, Segato destacava: uma pessoa lê (interpreta, pensa, compreende, experiencia) de algum lugar e (d)esse lugar interpela aquilo que ela lê e percebe. Antes mesmo de Segato citar a palavra decolonial ou escrever sobre colonialidade, já estava lá um movimento decolonial.
4. As disciplinas (antropologia, sociologia, psicanálise, história) não podem limitar o pensamento. Nada mais coerente para quem se interessa pelos movimentos. Se, em algum momento, as disciplinas potencializam, permanecer em suas fronteiras poderia acarretar limites, barreiras e obstáculos ao próprio movimento (como vimos, condição do próprio pensar). Aliás, Segato vem escrevendo sobre a constituição das disciplinas e sua relação com uma geopolítica que transforma uns em fornecedores de experiências e outros em exportadores de teorias a serem aplicadas e reafirmadas. Em relação à pedagogia fruto dessa geopolítica, o movimento é romper e reinventar, torcer as teorias e fazê-las dizer diferente e mais.
5. Nesse tipo de pensamento, transitar, cruzar linhas, idiomas, disciplinas e gêneros era um imperativo. A experiência em Casas de Santo (no Xangô do Recife) e de ser uma argentina que por mais de três décadas morou no Brasil certamente contribuiu para essa característica de Segato – uma pensadora das encruzilhadas.
6. Havia um axioma na antropologia (e na sociologia) que dizia que algumas teorias e autores não se conversam, ao que Segato contrapunha: quem faz conversar somos nós, no trabalho árduo de construção de conceitos e na descrição dos conceitos de nossos interlocutores e interlocutoras. Há que se fazer conversar e ouvir, nesses encontros, algo novo.
7. Não era incomum escutarmos Segato solicitar cuidado com os (pequenos) poderes que a universidade confere. Cargos e títulos não alimentam o pensamento. Ao contrário, colocam-no em perigo, comprometem o olhar e petrificam o saber. Como vim)os, para ela, sem movimento, a reflexão fica comprometida.

8. Em torno desses movimentos, Segato encorajava-nos a – com erudição e respeito, escutando com atenção, com disciplina, mas sem se apegar antecipada e formalmente aos limites de uma disciplina – ter coragem para pensar e falar aquilo que se pensa.

Até agora, busquei sumarizar um pouco do que aprendi com Segato nessas últimas duas décadas. No que se segue, pretendo esboçar algo da pesquisa que desenvolvo atualmente, na esperança de que as conversas e os aprendizados que mencionei acima surjam a quem lê como que frutos dessa convivência.

Espaço, corpo e gesto

Este capítulo é fruto de pesquisas interconectadas e de interpelações feitas nas últimas duas décadas, em que venho concentrando esforços para entender as poéticas das subjetividades dissidentes, em suas reinvenções cotidianas de corpos e desejos. O itinerário não foi previsível, e fui levado pelas experiências a lugares que não imaginava quando havia começado a jornada. Sem prever, nem controlar, passei a ser interpelado por gestores que se interessavam pelo tema ou buscavam enfrentar as mazelas decorrentes do consumo intensivo de crack. Pois bem, este texto surgiu dessas demandas de profissionais de saúde (inclusive de meus ex-alunos de medicina e de enfermagem) e das pesquisas que eu orientava sobre dispositivos de saúde para usuários de crack, sobre mães de usuários de crack, sobre formas de tratamento, entre outros assuntos. Para mim, responder a essas demandas representava uma tentativa de abertura aos Outros. Ao colocar-me à disposição dos meus interlocutores, buscava – e continuo buscando – construir conversas parciais, situadas, que talvez possam ter algum interesse. A inspiração, como parece evidente, é a “antropologia por demanda”, na qual Segato (2021) sustenta uma inversão do próprio trabalho etnográfico, que passa a se colocar a serviço das “demandas” de nossos interlocutores.

As pesquisas começaram em 2015, voltando-se para o programa De Braços Abertos (com enfoque na redução de danos), que foi descontinuado em 2017. As investigações acompanharam as ações da prefeitura municipal, em parceria com o governo estadual, objetivando implantar outro programa, de enfoque distinto, denominado “Redenção”. A busca, naquele momento, foi registrar essas mudanças. Nesse período, passei também a percorrer o centro da cidade de São Paulo, num trajeto que ia geralmente das ruas do bairro de Santa Cecília até a Praça da República e dali até a Cracolândia. Nessa espécie de *flânerie* – entendida aqui como ação de apreensão e representação do panorama urbano –, fui encontrando travestis envolvidas com o consumo e com a cena do crack. Tais

experiências reavivavam minhas inquietações sobre como os corpos dissidentes reconfiguravam espaços e corpos e me levavam novamente a fazer os seguintes questionamentos: quais seriam as relações entre espaço e corpo? Se os corpos dissidentes reinventam, reimaginam, reconfiguram, como já havia demonstrado em outras oportunidades, o que produziriam naquele (e com aquele) espaço que – para mim, naquele momento – era tão desolador?

Em meio às inquietações suscitadas por tal panorama, decidi acompanhar as travestis envolvidas na cena de crack, no centro da cidade de São Paulo. Sem me propor a uma grande síntese dos temas propostos – e, vale dizer, em explorações provisórias –, indago, neste capítulo, sobre as construções de gênero das travestis na Cracolândia, em um processo de descrever algo das inextricáveis relações entre espaço, corpo e gesto.

Espaço

A Cracolândia, situada nas imediações do bairro de Santa Efigênia, no centro da cidade de São Paulo, é um dos maiores enclaves urbanos do país, onde se aglomeram consumidores de crack. Ao tentar entender os conceitos formulados pelos próprios usuários de crack – em suas elaborações sobre corpo e espaço, sobre a forma de definir o lugar e de manejar objetos e seus próprios corpos –, acabei por me deparar com o conceito de “fluxo”. De início, o termo é um sinônimo usado para Cracolândia, embora tenha outras conotações. Pode ser uma concentração de pessoas, apetrechos e substâncias, caracterizando-se por uma circulação de pessoas e objetos, em constantes processos de troca. O termo remete ainda ao movimento das pedras na roda de crack. Para que as pessoas ali permaneçam ou dali se desloquem, é necessária a abundância ou a escassez delas. Quando o crack passa de mão em mão, as pessoas se tocam, se olham, redistribuindo atenções, o que intensifica a atração no fluxo. Fluxo seria então o espaço de consumo e de manipulação de objetos, bem como de espaço-movimento entre corpos na cidade.

Fluxo pode ser caracterizado não só como espaço de abandono e de quebra de vínculos pessoais, mas também como – por mais paradoxal que pareça – um movimento em busca de interação. Enfim, fluxo é uma categoria complexa, que envolve movimentos, socialidades, intervenções políticas e elucida os usos sociais do espaço. A categoria “fluxo”, por sua vez, refere-se a uma densa trama constituída pelo movimento contínuo de pessoas, materiais e substâncias, que poderia ser assim resumida: fluxo como espaço de exceção; enclave urbano objeto de práticas governamentais; lugar onde se constroem relações e onde se criam e conectam apetrechos; movimento territorial (ou movimento do grupo entre os

espaços da cidade) e movimento de corpos dentro de um espaço. A ideia de fluxo remete, enfim, a vários tipos de movimentos, deslocamentos espaçotemporais, às vezes com direções erráticas. Reporta-se ainda a confluências e a vazamentos, perfazendo sequências carregadas de incertezas.

Fluxo indica conexões que produzem realidades, reconfigurando os espaços da cidade e os próprios corpos, pois também existe a ideia de fluxo como efeito do crack nos corpos. Nessa acepção, há uma pressuposição de que os corpos, também em movimento, transformam-se “na fumaça do crack”, como me relatou uma travesti. Tais dimensões nos fazem indagar sobre os fluxos atuais dos corpos e das subjetividades que por ali vagueiam, sobre as conexões entre cidade e corpo, entre espaço e corporalidades.

Corpo

A produção do corpo do usuário de crack se dá em um processo múltiplo. De início, há uma transformação corporal advinda das relações com a (na) cidade e com a essa substância psicoativa – um subproduto da pasta da cocaína – que estimula o sistema nervoso central. Os efeitos corporais do uso contínuo, em situação de rua – que no fluxo são denominados “efeitos da fumaça do crack” –, podem ser observados não só na sujeira incrustada na pele, no emagrecimento, nos dentes incisivos superiores marcados, mas também nos lábios constantemente secos, com fissuras e queimaduras (ocasionadas pelo contato com os cachimbos ou apetrechos de alumínio aquecidos), nos dedos grossos, amarelados e bastante rachados, e também na voz rouca.

Essa transformação corporal produz novas formas de olhar, que conformam um complexo regime de visibilidade: aqueles que não são do crack passam a considerar os usuários que colocam seu corpo em mutação como “noias”. Estes, cujas presenças são consideradas incômodas, estão ali como restos, como detritos da própria paisagem humana. Esses corpos e essas subjetividades, porém, demandam ações de gestores e do Estado. Não é possível pensar nas ações político-estatais sem levar em conta o fato de que os usuários de crack estão marcados pela rejeição ou pela comiseração em face de sua corporalidade.

As alterações corporais produzem também a internalização de uma corporalidade do crack. Ou seja, não se trata só de um fenômeno externo, mas de novas formas de lidar com o corpo, isto é, de certa forma de autopercepção. Assim, se “noia” é uma categoria de acusação; para se referir a si mesmo e a outros usuários, o termo utilizado é “corre” (“ele(a) é do corre” ou “eu sou do corre”). Novamente, o termo de autodesignação, que mostra a forma de percepção dos

semelhantes, indica movimento; os “do corre” e o fluxo estão interconectados, com espaço e corpo em intensa relação.

Assim, a expressão “estar no corre” significa não só as atividades a serem percorridas pelas pessoas que irão consumir a substância, mas também a realização prévia da ação que irá resultar na possibilidade de uso do crack. Ser “do corre” implica uma autoidentificação. Fluxo é, ao mesmo tempo, parte da pessoa e algo a ela pertencente: “eu sou do fluxo” e “eu estou (ou vou para o) no fluxo”.

As transformações corporais são também percebidas quando o próprio usuário passa a ter, de início, indiferença, seguida por desejo por certas formas, odores e disposições. As mudanças no corpo sinalizam quem é agora “do corre”, o que possibilita trânsitos urbanos impensáveis para as pessoas de fora do fluxo, mesmo para gestores que trabalham diretamente no território. A mudança do corpo (cor da pele, emagrecimento, deslocamento da gordura corporal, escurecimento de dedos e pés), observada nos “noias”, permite um caminhar que direciona relacionamentos e, ao mesmo tempo, impede o acesso a locais públicos, a transportes coletivos, a comércios, a *shoppings*. Desprovidos de bens materiais, sem casa, fora das práticas de consumo, os “noias” vivem na rua, tendo o corpo como o único suporte de que dispõem. O corpo, assim, traz a visibilidade dos processos que marcam a homogeneização política dessa categoria e suas distintas formas de relacionamento com o espaço urbano.

É curioso pensar como a exclusão de pessoas e os enclaves urbanos, como os evidenciados na Cracolândia, ocorrem por meio de corpos e subjetividades, circulando (fluxos) no centro de uma das maiores cidades do mundo. Essa circulação de certos corpos pelo centro de uma cidade produz (e ocorre no) distanciamento. Assim, mesmo que o fluxo seja movimento, circulação, os corpos apartados sinalizam espetacularmente a exclusão social da cidade.

A Cracolândia surge, portanto, como conexão de corpos, objetos e substâncias; o fluxo coloca espaço e corpo em junção indissolúvel. O “craqueiro” vaga pela cidade, transformando-a, e o espaço urbano atua sobre seu corpo, dilacerando-o. O fluxo implica, portanto, uma conexão entre corpo e cidade, uma conexão que se dá por caminhos nada fáceis ou previsíveis, revelando aspectos da exclusão daquelas pessoas, da pobreza, das geografias da exceção, das enfermidades advindas da vida na rua e do uso intenso de drogas como álcool e crack.

Como se pode notar pelo que narrei até este momento, a questão não se limita a enquadramentos e a formas de autopercepção; há também, e em igual intensidade, o surgimento de mal-estares e doenças. As pessoas sentem o peso das enfermidades, do cansaço da vida da rua, da insegurança, da impossibilidade de higiene pessoal e dos efeitos também nefastos do crack, consumido diuturnamente por um período longo.

Foi nesse acompanhar de corpos, regimes de visibilidade e geografias urbanas, que me deparei com as travestis. Como venho me aproximando das questões de corpo e gênero, a presença de travestis no fluxo e meus percursos no centro de São Paulo me levam perguntar: o que acontece com as construções de gênero e com os corpos das travestis na Cracolândia?

Nessas minhas investigações pela cidade, fui observando o grande número de travestis e de mulheres trans envolvidas no uso de crack. O Censo da Prefeitura de São Paulo de 2015 indicou que 8,9% das 15.905 pessoas em situação de rua afirmaram ser LGBT (mais de 1400 pessoas); em 2019, esse mesmo censo (embora sob suspeita de subnotificação) indicou 24.344 pessoas em situação de rua, com 2,4% de mulheres trans e travestis (584 pessoas). Evidentemente, desse número apenas uma parte entra no fluxo e passa a fazer uso intensivo de crack. Cito esses dados apenas como referência geral, para desenhar um panorama da situação; no entanto, minhas incursões têm me levado a crer ser bem maior esse número, dada a quantidade de pessoas trans e travestis que fui encontrando no período da pesquisa e, ainda, com as demandas que encontrava nos dispositivos de saúde.

Na época, a pedido de gestores, também passei a percorrer os serviços de saúde. Deparei-me então com os dilemas do uso de hormônio e da aplicação de silicone industrial, além das dificuldades de fazer valer o direito do nome social. As dificuldades eram diversas: o desconhecimento dos profissionais de saúde acerca dos problemas que afetam as travestis, a falta de resolutividade, a identificação pelo nome masculino no momento do atendimento, entre outros. As travestis, sobretudo, sentem-se incomodadas pela forma como são tratadas, pelo julgamento moral – denunciado pelos gestos – em atendimentos nos serviços de saúde. Assim, ao adoecerem, sentem dificuldades para acessar os serviços de saúde e obter os cuidados que lhes são imprescindíveis.

Além disso, grande parte das travestis da Cracolândia está em situação de rua. Em suas narrativas, fica claro que a prostituição é uma alternativa de trabalho capaz de prover sua subsistência por algum tempo, entretanto a aproximação com o crack dificulta a atuação delas como profissionais do sexo. Sem condições de se sustentarem, acabam em situação de rua, o que pressupõe uma condição de trânsito contínuo. Na rua, elas intensificam o uso de crack que estabelece uma virada em suas histórias. O processo é cíclico e se autoalimenta. O crack aparece como fator para a mudança de sua condição de vida, pois o uso intenso as transforma em “moradoras de rua”.

Outra observação merece ser destacada: como se engajam em transformações corporais, de diferentes níveis, para construir uma apresentação corporal mais feminina, as travestis desenvolvem uma série de cuidados: depilam-se, maquiam-se,

tratam dos cabelos, esmeram-se na escolha de roupas e acessórios, fazem aplicações de silicone nos seios e em outras partes do corpo, e usam hormônios continuamente.

A literatura sobre a associação entre saúde, beleza e sucesso nos procedimentos de feminização das travestis é concordante: estar bela é quase sinônimo de se cuidar. Assim, elas entram em um processo de construção/criação que nunca se encerra e exige constantes cuidados, pois construir um corpo e cuidar dele torna-se uma das maiores preocupações. Elas sempre estão em busca de construir o corpo, em um processo de reinvenção contínua.

Do ponto de vista dos profissionais de saúde, alguns desses procedimentos podem ter consequências desastrosas. É o caso das injeções de silicone líquido industrial, geralmente feitas por bombadeiras. Diferentemente do silicone cirúrgico, o silicone industrial é empregado para lubrificar máquinas, lustrar painéis e rodas de automóveis e para fazer vedação na construção civil, sem indicação de uso em seres humanos. Aplicado clandestinamente, essa apresentação do silicone costuma se deslocar para partes indesejadas do corpo (principalmente, para pés e pernas), sendo difícil – ou até impossível – retirar o líquido injetado. Outro grande problema enfrentado pelas travestis é o da hormonização cruzada, que consiste na administração de estrogênio, por via oral ou injetável, e de antiandrogênico, que bloqueia a produção (endógena ou testicular) e a ação da testosterona.

Há, enfim, um processo contínuo de intervenções nos corpos – algumas, malsucedidas –, além dos agravos causados pelas situações de violência, que levam as travestis a necessitarem de cuidados com a saúde. Justamente por essas mudanças no próprio corpo, as travestis vivenciam situações de opressão e discriminação, quando resolvem assumir o processo de construção/criação de um corpo mais feminino, quando se “montam”. Daí, o preconceito assume características de crueldade, com insultos, tratamentos compulsórios, humilhações, até agressões físicas e expulsões do lar. A duras penas, seus corpos são reinventados, em um processo eivado de violências, em que a busca da beleza produz um corpo que, por mais contraditório que pareça, é considerado abjeto, impensável.

Diante desse processo, outras indagações me ocorrem: como as travestis que ingressam no fluxo experimentam as transformações corporais? Se suas experiências se ancoram em uma reinvenção contínua dos corpos e na construção da beleza, o que restará desse processo quando seus corpos se transformarem com a vida na rua e com o consumo intensivo de crack?

Na rua, a cidade e o uso de crack imprimem mudanças que afastam as travestis da reinvenção de seus corpos. Com o tempo no fluxo, deixam de usar hormônios, de se depilar, de se embelezar, de cuidar do cabelo. Lentamente,

quando em situação de rua e de uso radical de crack, a sensibilidade é afetada pela aparência desgastada da pele, pelo trânsito na rua, pelas marcas do asfalto nos calcanhares, pelos dedos queimados ou escurecidos pela fumaça, pelos corpos emagrecidos – com a perda dos contornos desejados e duramente conquistados –, pelo mau cheiro de fezes e urina que invade os espaços. Enfim, há uma alteração nas formas de assepsia, de lidar e de produzir com o corpo.

Assim, com a modificação das formas, o ideal de beleza que antes inventara um corpo cede espaço ao processo já descrito da corporalidade e da autopercepção no “corre”. E o que se vê é que a sujeira e o asfalto aderem à pele exposta, principalmente à do rosto e à dos braços, deixando-a encardida, a ponto de confundi-la com os cobertores cinzentos e malcheirosos. E esses elementos são afetados conforme o grau de afastamento das travestis dos lugares propícios ao cuidado. Dito de forma direta: os corpos no fluxo contrastam com o ideal de corpo travesti.

Para as travestis, as práticas estéticas são difíceis e irregulares na rua. A situação não é estável: elas podem se acomodar na rotina dos banhos diários nos albergues e, semanas depois, podem ser encontradas sujas, dormindo em calçadas e becos. Os corpos também carregam os cheiros da rua e variam em intensidade. As formas de autocuidado aqui se chocam com a impossibilidade de higiene.

Os corpos das travestis no fluxo sinalizam em si um paradoxo: persistir na reinvenção contínua, nos cuidados cotidianos, nos dolorosos e difíceis processos de embelezamento do corpo e, ao mesmo tempo, lidar com a vida na rua, com as dificuldades de práticas básicas de assepsia, com o uso intensivo de crack, que, como vimos, desenham outros tipos de corpos. E o que restaria nesses corpos das reinvenções iniciadas e desejadas? O que fica daquela construção da beleza outrora conquistada?

Gesto

Na Cracolândia, em uma plena tarde de março de 2018, conversei demoradamente com Andressa, uma travesti cujo corpo revelava a imersão no fluxo, as marcas do “corre”, dos movimentos urbanos e da vida na rua. Naquele dia, ela me falava de sua vida, de seus problemas, do perambular pelo centro da cidade, dos amores e das decepções no fluxo. Ainda não completara 30 anos; era do interior de São Paulo. Abandonara a família e dizia estar no fluxo devido a frustrações com uma grande paixão de sua vida. Agitada, comentou também sobre os serviços de saúde e da quase impossibilidade de conseguir hormônios. Inadvertidamente saiu como se estivesse enfasiada da nossa conversa. Fui acompanhando sua

entrada no centro do fluxo, seguindo seu andar titubeante. Já quase ao entrar, parou e retirou delicadamente algo do bolso. Era um batom. Passou o batom com agilidade sobre os lábios. E sumiu na massa de corpos. Ficou-me o gesto.

Pensar o gesto permite refletir sobre a maneira como os corpos se movem no mundo. Pode sinalizar tanto os movimentos definidos, que fazemos com os nossos corpos e aos quais atribuímos significado, quanto uma ação que se estende além de si mesma, que alcança e sugere movimentos, que sinaliza o desejo de agir. Com isso, enfatiza os espaços móveis de interpretação entre ações e significados. Mesmo quando feito em particular, o gesto é sempre relacional, pois forma conexões entre diferentes partes de nossos corpos; alude a outros gestos; estende o alcance do eu para o espaço entre nós. E, desse modo, traz à tona a possibilidade de um “nós”. Assim, os gestos permitem registrar o que não pode ou não deve ser expresso em palavras. Por meio deles, há também o registro metafórico das ações do corpo político, as intervenções ativistas que empurram, abrem, bloqueiam e torcem as forças sociais no mundo material. Por isso, são usados para nomear articulações corpóreas específicas de dedos, coxas e línguas, o movimento do corpo vivo e suas partes. Os gestos, enfim, expressam nossos afetos.

Os gestos permitem compreender o papel da ação política na vida cotidiana e anunciam a possibilidade de pensar no discurso como constituinte de uma prática corpórea, em uma forma integrada de ação política. Enfatizam como uma cascata de ações cotidianas, capaz de alterar a vida política, e como as histórias de movimentos podem tornar-se ossificadas em nossos gestos. São também dispositivos, aparelhos de registro e de amplificação do sentido na ação. Reforçam – ou atenuam – o que é dito; compensam – ou substituem – um enunciado por força de sua diluição em outro plano expressivo. E nisso se respalda a diferença funcional dos gestos em relação aos atos. Os gestos aduzem, invariavelmente, a uma ação radicada no corpo. São, portanto, a poesia do ato.

Durante quase meia hora, fiquei parado, com pensamentos direcionados ao gesto singular daquela travesti. Naqueles minutos eu me indagava sobre a que tipo de poética aquele gesto se referia. O gesto de passar um batom sinalizou a multiplicidade do corpo travesti: o corpo que busca a beleza, que se reinventa em contornos às vezes impossíveis, mas que se adelgaça na fumaça e na poeira das ruas. Esse corpo, porém, carrega em si não só a memória do corpo desejado e reinventado, mas também fragmentos de memórias incorporadas de cuidado.

Em cada forma de autocuidado, há uma procura do corpo outrora construído e da beleza sonhada e tão penosamente edificada. Os gestos performados, ao se maquiarem e ao conversarem nas oficinas, se constituíam em registros de um processo de reinvenção que nunca termina. Ali encontrei novamente Andressa, que mexia lentamente os cabelos, sem pressa e com atenção. Falava em

cuidar de seu corpo e em “recuperar as curvas”, com a intenção de se “montar novamente”.

Há um fato que merece ser contado. Em um dos dias de minha investigação, observei uma travesti usando crack. Por três dias seguidos, eu a encontrei no fluxo, sem que eu tivesse condições de conversar ou mesmo de me aproximar, sempre fumando crack em todas as ocasiões. Estima-se que, em três dias, ela deve, provavelmente, ter consumido 45 pedras de forma ininterrupta. No quarto dia, eu a encontrei com um rapaz bem franzino, que ela me disse ser seu namorado. Perguntei seu nome, ao que ela me respondeu com certo maneirismo: Beth, pronunciado de forma lenta e com certo assovio no final. Seu namorado nada falava, mas a abraçava por vezes. Observei que o uso contínuo de crack tinha impossibilitado banhos e, com isso, dela se desprendia um forte odor. Os pelos faciais de Beth cresciam; o cabelo logo estava preso por uma liga de elástico. Seus braços, no entanto, desenhavam ondas suaves no espaço enquanto falava. Sua boca, mesmo com rachaduras provocadas pelo crack, também acompanhava a candura de seus movimentos. Percebi que seus gestos iam construindo seu corpo de forma a contrastar com a privação de autocuidado e com sua transformação por falta de hormônio. Os gestos desenhavam sua feminilidade.

No fluxo, Beth era considerada como travesti, com nome feminino que escolhera (o que nem sempre acontecia nos serviços de saúde) e com o namorado. Assim, se o fluxo adormecia as poéticas de construção de gênero, em algum momento elas despertavam ali dentro. Percebi então que os gestos eram, ao mesmo tempo, memória encarnada da reinvenção e da construção do corpo das travestis, e aquilo que, no presente, construía e possibilitava o espaço do feminino desejado. Os gestos se destacavam na reinvenção contínua do gênero. Ali não eram os hormônios, nem o silicone industrial que sustentavam a poética da reinvenção do corpo, mas, sobretudo, gestos desenhados no espaço, esmaltes esfuziantes em mãos sujas e calejadas, andares pelo meio do fluxo e formas de falar, no caso de Beth, provocantes.

Assim, gênero não é o que alguém é nem é precisamente o que alguém tem, mas o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto às formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. Nessa perspectiva, o corpo não é um dado material estático, no qual o gênero insere suas significações, mas um processo de materialização a partir daquilo que o envolve – ou seja, a partir das normas de gênero. Ações, gestos e discursos, em repetições ritualizadas de convenções, produzem gênero e estão inseridos nos processos regulatórios. E, no desenvolvimento dos gestos, um sentido se infiltra pelo corpo.

Assim, em meio à investigação, surgiam diante de mim corpos que se construíram pelo desejo, que se voltaram a outras corporalidades, que se embrenharam na Cracolândia sob os efeitos das pauladas, da fumaça, do fluxo. Esses corpos não se conformaram às regras que os regulavam, sem aderir completamente às normas que impunham as suas materializações. Eram corpos como um espaço em suspensão, em um lugar paradoxal de um corpo-memória, múltiplo, como se os gestos registrassem as reinvenções, afirmassem, no precário presente, a construção e o desejo, denunciando sua abertura às poéticas e delineando a vida que surge.

Gênero

Nas travestis, os corpos transformados no fluxo se distanciam do ideal da beleza e de sua poética da reinvenção. Entretanto, os corpos dissidentes mudam a paisagem, e os gestos assinalam outra poética, apontando uma possibilidade de vida e de beleza, como espero ter demonstrado. Os corpos das travestis mudam o(no) fluxo, em um processo de elidir o corpo outrora reinventado. Os gestos, porém, mostram que há um corpo-memória, rastros da invenção, reafirmando as poéticas no presente. Enfim, os gestos são poéticas que assinalam a existência de outras poéticas – o corpo sempre reinventado.

O paradoxal desse processo de transformações corporais reside em um lapso temporal: primeiro, as mudanças do corpo – que vão desde o silicone, o cabelo, as roupas até a (re)construção infinita dos gestos – como invenções poéticas, que se materializavam na carne, e que propiciavam retaliações e violências de todos os tipos; depois, agora, no fluxo, quando o corpo se reconfigura na vida da rua, no andar pela cidade, nos efeitos do crack, aquela poética que construiu o corpo travesti é a via pela qual profissionais que lidam com os dilemas do crack falam em saúde, bem-estar e alegria. Mas, na verdade, questiono: não seria essa a maneira de reconhecer que sempre o fora?

Assim, ao tentar finalizar este texto, me ocorre que essa história da multiplicidade do corpo e da resistência das reinvenções também expõe algo sobre gênero. Se percorrermos as definições, veremos: gênero é algo da ordem do regulatório; a performatividade de gênero não pode ser teorizada separadamente da prática forçosa e reiterativa dos regimes sexuais regulatórios; é uma forma de disciplinamento social contínua e jamais atendida; gênero envolve relações de poder em que a posição de cada um muda segundo as circunstâncias; não é algo que se tem ou se é, mas uma imposição social a que todos nós sempre respondemos e a que nunca atendemos plenamente. Segato (2003; 2013; 2021) vem abordando o gênero como pilar fundamental de todas as

opressões, a sujeição de gênero como molde de todas as outras formas de dominação, pedra angular e eixo de gravidade de todos os poderes. Sem descon siderar essas definições e a própria mirada de Segato, gostaria aqui de observar por outro ângulo.

Talvez se olharmos de outra perspectiva (que assinalo brevemente aqui, a título de provocação, mas com a promessa de desenvolver o tema em outro espaço), as experiências das travestis estejam nos mostrando que gênero pode ser uma abertura. Se assim for, gênero não seria (apenas) o resultado esperado pelas interpelações, mas sim uma poética de abertura. E, nessa abertura ensejada pelo gênero, as normas (e a violência mesma) tentam estancar as possibilidades poéticas que essas aberturas supõem (desenhadas pelos gestos, pelas mudanças, pela multiplicidade dos corpos). É um trabalho Sísifo, pois a vida sempre arruma formas de se reinventar, como nos mostram as travestis no fluxo.

Os corpos, no fluxo, lidam com substâncias tornadas ilícitas, com imposições urbanísticas e desigualdades sociais. Em certo sentido, ali estão corpos como local de excitação e frustração; surgem nesse espaço subjetividades adictas no circuito do controle da vida. Mas, pensando de outra perspectiva, nesse contexto, no centro de uma das maiores cenas de uso de crack do mundo, o gênero é reinventado por gestos desenhados no ar, por cores de esmalte que irrompem o cinza. Distantes de hormônios e cirurgias estéticas, afastadas de práticas cotidianas de higiene e de embelezamento, as performances das travestis se tornam cruciais para a construção do feminino. Como disse certa vez Judith Butler (2015), ao final, a voz e as mãos expressam desejo, frustração ou prazer antes que qualquer forma linguística de discurso expresse essas disposições. Para pessoas que o único que lhes resta é o corpo, as técnicas do corpo – os modos pelos quais as pessoas aprendem a se servir de seus corpos – possibilitam continuar o processo de reinvenção do gênero. Assim, a poética de abertura vai e volta, em movimentos que pressupõem a relação com as dinâmicas hegemônicas de gênero (e de políticas de saúde, de imaginário sobre corpo, ...); mas, também com a relação com a própria condição de uso do crack e de suas dinâmicas internas, gerando a impossibilidade (ou imensas dificuldades), em alguns momentos, para o projeto de reinvenção corporal, que, por sua vez, em outros, vai sendo reformulado, como vimos, por meio de gestos.

E, seja lá como for, os gestos me levaram para outras imaginações e para outros corpos. Se os usuários de crack têm seu mundo no corpo, também aqui uma cor, uma prótese ou um gesto reorganizam o mundo ao entrarem no fluxo inadvertidamente. Então, os corpos das travestis atravessam a realidade, mesmo que precária e fugazmente, e rompem a aceitação melancólica do desaparecimento.

Referências

BUTLER, Judith. *Senses of the subject*. New York: Fordham University Press, 2015.

SEGATO, Rita Laura. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SEGATO, Rita Laura. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos de género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes; Prometeo, 2003.



Notas sobre as autoras e os autores

Notas sobre as autoras e os autores

César Augusto Baldi

Professor da Universidade Luterana do Brasil até 2007. Professor de Antropologia Jurídica na EBN, Brasília. Servidor do Tribunal Regional Federal da 4ª Região desde outubro de 1989. Pesquisador do Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos (NEP) da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, interculturalidade, Islã, feminismo islâmico, indígenas, comunidades tradicionais, teorias críticas de direitos humanos, teorias pós e decoloniais, racismo, quilombolas, territorialidades. Lecionou Introdução ao estudo do direito, Direito administrativo e Direito constitucional. Editor de *Direitos humanos na sociedade cosmopolita* (Renovar, 2004) e *Aprender desde o Sul* (Fórum, 2015). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8202034636185727>.

Danú Gontijo

Advogada, com mestrado em direitos humanos pela Universidade de Utrecht (2004) e doutorado em bioética pela Universidade de Brasília (2015). Pesquisadora associada e professora colaboradora da Cátedra Unesco de Bioética/ Programa de Pós-Graduação em Bioética. Tem interesse nos temas relacionados a violência, feminismos, gênero, saúde, tortura, feminicídios, violência de Estado e letalidade policial, criminologia crítica e sistema penitenciário, justiça, antropologia, direitos humanos, mídia. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2340422058356417>.

Elaine Moreira

Possui graduação em ciências sociais, habilitação em antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (1990), mestrado e doutorado em *anthropologie sociale et ethnologie*, pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), em 1995 e 2012, respectivamente. Pós-doutorado na UnB, bioética. Participou com pesquisas junto ao projeto Pacta – Coordenado por Mauro Almeida (Unicamp) e Laure Emperaire (IRD). Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em etnologia indígena, atuando principalmente nos temas: redes sociais Ye'kuana, circulação de objetos, conhecimentos tradicionais, antropologia das sementes, migrações e mobilidade indígena. Atualmente acompanha com pesquisa a presença indígena dos Warao da Venezuela no fluxo migratório

venezuelano em Roraima. Coordena o projeto de extensão Observatório dos direitos e políticas indigenistas (Obind), do Departamento ELA-UnB. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9510291380309325>.

Gustavo Augusto Gomes de Moura

Educador popular, é mestre em antropologia social pela UnB (2011) e doutorando em bioantropologia no PPGA/UFPA, na linha de povos indígenas e populações tradicionais. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9336687697427133>.

Jocelina Laura Carvalho de Segato

Graduada em ciências sociais pela UnB, com ênfase em antropologia (2017). Atualmente, mestranda em bioética (Programa de Pós-Graduação em Bioética/UnB). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8807804052919515>.

Juliana Floriano Toledo Watson

Doutoranda em bioética; mestra em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília; bacharel em ciências sociais com habilitação em antropologia pela Universidade de Brasília; licenciada em ciências sociais. Aprendiz de raizeira e parteira no Cerrado; coordenadora da Formação de Parteiras e Doulas com a mestra Dona Flor; trabalha com ginecologia autônoma e natural e medicina populares. Tem experiência com movimentos sociais, principalmente feministas; como professora de sociologia na rede pública e professora de português como segunda língua; e como tradutora de espanhol-português-espanhol. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3146123354330608>.

Livia Vitenti

É doutora em antropologia pelo programa de pós-graduação da Universidade de Montréal, em Quebec, Canadá. Teve por tema de tese o suicídio Atikamekw, população indígena habitante do Quebec. Sua tese se intitula: “*Couper le fil de la vie: suicide et rituels de mort chez les Atikamekw de Manawan*”. Possui mestrado em antropologia pela PPGAS da UnB (2005), e teve por tema de dissertação as jurisdições especiais indígenas de quatro países andinos, a saber, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. A dissertação de mestrado se intitula: “Da antropologia jurídica ao pluralismo jurídico”. Possui graduação em ciências sociais com habilitação em antropologia pela UnB (2002). Entre 2012 e 2015 foi pesquisadora pós-doutoral (PDJ-CNPq) na Cátedra Unesco de Bioética da UnB, sob a supervisão de Rita Laura Segato. Entre 2014 e 2015 foi professora substituta no Departamento de Antropologia da UnB. Igualmente, foi consultora da Organização Panamericana de Saúde (Opas) para a Secretaria Especial

de Saúde Indígena (Sesai) entre os anos de 2017 e 2018. Entre 2018 e 2019 foi pesquisadora PNPD no Departamento de Antropologia da UnB. Atualmente é coordenadora do Plano de Ação das Primeiras Nações contra agressões sexuais, na organização Femmes Autochtones du Québec/Quebec Native Women Inc. Tem experiência na área de antropologia da saúde, com ênfase em saúde mental, suicídio indígena e prevenção do suicídio, etnologia indígena, antropologia da religião e antropologia jurídica. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8541766151991632>.

Lourival Ferreira de Carvalho Neto

Doutorando em direito pela Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa de Sociedade, conflito e movimentos sociais. Mestre em direitos humanos e cidadania pela UnB. Bacharel em direito pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Membro do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq e do Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação (UnB). Advogado. Pesquisador jurídico (OAB Nacional). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7995270411139059>.

Marianna Assunção Figueiredo Holanda

Professora da UnB. Saúde coletiva (FCE/UnB), Centro Internacional de Bioética e Humanidades (Cibh/UnB) e Programa de Pós-Graduação em Bioética (PPG-Bioética/UnB). Pesquisadora de bioética e direitos humanos desde a decolonialidade, as interseccionalidades de gênero, raça, etnia e das lutas por justiça social. Pluralismo jurídico, bioético e de outros mundos. Antropologia do corpo, das emoções e dos sentidos. Da morte e do morrer. Da dignidade e do nascer. Doutora em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB (2015), mestra em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB (2008), bacharela em ciências sociais pela UnB, com habilitação em antropologia (2005). Coordenadora da Liga Acadêmica de Bioética e Direitos Humanos da Universidade de Brasília – Projeto de Extensão Continuada – desde dezembro de 2019. Presidenta da Sociedade Brasileira de Bioética – Regional Distrito Federal (gestão 2022-2023). Membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (CDH/ABA). Mãe de Caetano, Samuel e Francisco. #MaternidadeNoLattes CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8460180060006601>.

Patrícia de Mendonça Rodrigues

Mestre em antropologia pela Universidade de Brasília (1993) e PhD em antropologia pela Universidade de Chicago (2008). Realizou pesquisa acadêmica

com o povo Javaé, no médio Rio Araguaia, sobre organização social, cosmologia, gênero e etno-história. Coordenou nove grupos técnicos da Funai de identificação e delimitação de terras indígenas no médio Araguaia e alto Tapajós, de interesse dos povos Xavante, Kayabi, Munduruku, Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro do Araguaia. Publicou vários artigos sobre os Javaé, Avá-Canoeiro do Araguaia, Karajá e Xavante. Desde 2009 tem militado pela inclusão dos Avá-Canoeiro do Araguaia em uma pauta de direitos humanos e constitucionais e atualmente está coordenando um projeto de estudos etnoterritoriais.

Pedro Paulo Gomes Pereira

Livre-docente pela Universidade Federal de São Paulo (2013). Professor associado da Universidade Federal de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde (Quereres). Possui mestrado em antropologia pela UnB (1996), doutorado em antropologia pela UnB (2001) e pós-doutoramento na Universidade de Barcelona (2001-2002). Foi pesquisador visitante pós-doc na Universidade de Barcelona. Bolsista da Fundación Carolina para realizar pesquisa na Espanha, Universidad Rovira y Virgili. É membro de comissões editoriais em publicações periódicas e parecerista em diversos periódicos na área de ciências sociais, saúde coletiva e estudos de gênero e sexualidade. Editor na *Revista Interface*. Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, da Associação Brasileira de Antropologia (2002). É responsável por auxílios à pesquisa ativos na Fapesp. É membro da Abrasco, onde participa do GT Saúde da População LGBTI+. É parecerista do CNPq, da Capes, da Fapesp. É autor dos livros *O terror e a dádiva* (2004), *De corpos e travessias* (2014), *Queer in the Tropics: gender and sexuality in the Global South* (2019), além de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Áreas de atuação: corpo, saúde, doença. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1474930426841995>.

Priscila Paz Godoy

Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, em 1999. Formada pela Escola de Governo, curso promovido pela Associação Brasileira de Formação de Dirigentes Públicos e pela Universidade de São Paulo (USP), em 2004. Mestre em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (PPGDH/CEAM/UnB), em 2015. Tem experiência em direito público e direitos humanos com atuação em escritório de advocacia, nos poderes executivos municipais e federal, em organização não governamental e organismos internacionais. Autora do livro *O povo invisível: os ciganos*

e a emergência de um direito libertador (2016). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6483433968386731>.

Rita Laura Segato

Recebeu os títulos de Master of Arts (1978) e PhD (1984) pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido. É professora emérita da Universidade de Brasília pelo Programa de Pós-graduação em Bioética e Pesquisadora Sênior do CNPq. Foi docente do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília de 1985 a 2010 e nos Programas de Pós-graduação em Bioética e Direitos Humanos de 2011 a 2017. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clasco, 50 anos). Em 2020 recebeu o Prêmio Daniel Cossio Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex). Em 2021 recebeu o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam o título de Doutor Honoris Causa, e a Universidade de Guadalajara lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu a Medalha de Prata de Santo Inácio de Loyola da Ordem dos Jesuítas na Universidade Ibero-Americana do México. A Câmara Legislativa da Cidade de Buenos Aires a nomeou Personalidade Destacada da Cultura e a Cidade de Montevidéu e lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu também o Prêmio Pensamento Argentino dos Prêmios Democracia. Em março de 2017, foi destacada como uma das quatro intelectuais representativas do pensamento latino-americano pela revista mexicana *La Tempestad*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clasco. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Em 2019, a Universidade Nacional de San Martín (Unsam), Argentina, criou a “Cátedra Rita Segato de Pensamiento Incómodo”, sob sua direção. Em 2019 foi convidada para ministrar o prestigioso Curso de Mestrado O Autor e sua Obra na Universidade Internacional Menéndez y Pelayo, Santander, Espanha e Lasa organizou em seu encontro em Boston uma sessão chamada Conversa com Rita Segato. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora,

com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Qeqchies por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7719153067130491>.

Tânia Mara Campos de Almeida

Graduada em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 1989, mestra e doutora em antropologia pela Universidade de Brasília (UnB), respectivamente em 1994 e 2001, com pós-doutorado em representações sociais pela UnB (Instituto de Psicologia, 2006), pela Université de Provence e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), França, 2007. Atualmente, é professora associada do Departamento de Sociologia (UnB), bem como integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM) da mesma universidade. No período de 2012 a 2016, foi editora-adjunta da revista *Sociedade e Estado*, na sequência sua editora-responsável (desde julho/2020), além de integrar o corpo editorial de vários periódicos científicos. Entre 2016 e 2018 atuou como coordenadora dos bacharelados em sociologia e ciências sociais do departamento. Tem experiência e publicações na área das ciências sociais e humanas, com ênfase nos seguintes temas: gênero, violência, trabalho, saúde e religião. É bolsista produtividade PQ2 do CNPq e integrante do grupo de pesquisa do CNPq “Diálogos em sociologia clínica (UnB)”. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5972548202499046>.

Vanessa Rodrigues de Araújo

Doutoranda em humanidades pela Universidad Autónoma Metropolitana, unidade de Xochimilco, México (UAM-X), na linha de pesquisa *estudios culturales y crítica poscolonial*. Mestra em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em direitos humanos pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Graduada em ciências jurídicas pelo Centro Universi-

tário de Brasília (UniCeub). Foi colaboradora do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq. Atuou como assessora jurídica no Conselho Indigenista Missionário (Cimi), realizando ações político-jurídicas voltadas à proteção e garantia territorial dos povos indígenas do Brasil. Adicionalmente, desenvolve pesquisas na linha de direitos humanos, teorias decoloniais, direitos indígenas, memória, raça e gênero. Autora do livro *Sabendo quem somos: memória familiar e descolonização* (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4398978450108334>.

Verenilde Santos Pereira

Possui graduação em comunicação social pela Universidade Federal do Amazonas (1979) e mestrado em comunicação pela Universidade de Brasília (1995). Tem experiência na área de comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, índios e representação. É doutora pela Faculdade de Comunicação de Brasília, na área de jornalismo e sociedade. Defendeu a tese em 2013, cujo título é “Violência e singularidade jornalística: o ‘massacre da Expedição Calleri’”, sob orientação da Prof. Dra. Rita Laura Segato. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6744436215893417>.

Volnei Garrafa

Graduado em odontologia pela PUC-RS, Porto Alegre (1965-68); especialista em cancerologia bucal (Residência) pela Associação Paulista de Combate ao Câncer, Hospital A. C. Camargo (1969-1970); doutor em ciências pela Unesp (1971-1974); pós-doutorado em bioética pela Universidade La Sapienza /Roma Itália (1991-1993); ex-professor titular do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde (FS) da UnB (1990-2018). Atualmente é diretor do Centro Internacional de Bioética e Humanidades. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Bioética – mestrado e doutorado acadêmico (Conceito 5 Capes), atuando na área de concentração em saúde pública e nas linhas de pesquisa: a) fundamentos de bioética e saúde pública; b) situações emergentes em bioética; c) situações persistentes em bioética; coordenador da Cátedra Unesco de Bioética. Membro titular do Conselho Diretor da Universidade de Brasília (2014-2020); cofundador e primeiro presidente da Red-Latinoamericana y del Caribe de Bioética de la Unesco – Redbioética (2003-2010), da qual atualmente é diretor de Assuntos Internacionais; membro do Conselho Científico da Sociedade Internacional de Bioética (Sibi), Gijón/Espanha e vice-presidente para a América Latina; membro do International Bioethics Committee da Unesco, Paris/França (2010-2017); coordenador dos cursos

de especialização em bioética desenvolvidos pela Cátedra Unesco de Bioética na UnB, entre 1998 e 2018 (18 edições anuais consecutivas); editor da *Revista Brasileira de Bioética (RBB)*; coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da FS-UnB (2000-2003 / 2006-2009); coordenador (2004-2006) do Comitê de Ética de Uso Animal do Instituto de Ciências Biológicas da UnB (Ceua); delegado designado pelo presidente da República para assessorar a delegação brasileira na Unesco no processo de elaboração da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos na Unesco, Paris / França (2004-2005); membro do Grupo de Trabalho designado pelo Ministro da Saúde para elaborar Projeto de Lei para criação do Conselho Nacional de Bioética (2003-2004); vice-presidente (1999-2002) e após presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (2001-2005); presidente do Sixth World Congress of Bioethics, Brasília, novembro de 2002; membro (de 1997 a 2003) da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde (Conep); membro do Comitê de Bioética do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Rio de Janeiro (1999-2003); membro da Banca Examinadora para análise de progressão funcional para classe de Professor Associado (Bepa), Universidade de Brasília (2008-2018); presidente (1994-1996) do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes); cofundador e primeiro presidente do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-1989); decano (pró-reitor) de Extensão Universitária da UnB (1985-1989); cofundador (1978) e presidente (1980-1982) da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB); presidente (1976-1978) da Sociedade Brasileira de Estomatologia (Sobe); coordenador do Programa Nacional de Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer Bucal da Divisão Nacional de Câncer do Ministério da Saúde (1977-1979); membro do Board of Directors da International Association of Education in Ethics (IAEE), Pittsburgh/Estados Unidos (2013-2017) e seu presidente na gestão 2017-2020. Índices Pesquisador: Índice H = 45 e Índice i10 = 127. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2059138334891787>.



PhD pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido, Rita Segato é professora emérita da Universidade de Brasília. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-Americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clacso, 50 anos); em 2020, o Prêmio Daniel Cossío Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex); em 2021, o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam

o título de *Doutor Honoris Causa*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clacso. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora, com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Q'eqchi por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019).

